

Alguns desafios teórico-metodológicos

António Teixeira Fernandes

Resumo: A configuração da realidade está na base da elaboração dos modelos teóricos. A vida social vai-se transformando e, ao mesmo tempo, torna mais difícil a sua leitura. A óptica de abordagem do social constituído e do emergente é frequentemente desfocada pela «naturalização» da realidade e pela «essencialização» das conceptualizações, e tanto mais quanto menos posse se tem ou menos uso crítico parece fazer-se do património sociológico.

As ciências, no século passado e primeiras décadas do Século XX, habituaram-se a trabalhar no conforto que lhes é proporcionado pelo paradigma determinista. Depois do esforço desenvolvido pelo racionalismo, desde René Descartes a E. Kant e a G. W. F. Hegel, para se encontrar a explicação para o funcionamento do mecanismo da natureza e do homem, é introduzida uma concepção do mundo assente numa perfeita regularidade dos fenómenos. Não só as coisas são entendidas como uma máquina, como ainda se procura mecanizar tudo o que existe. As sociedades industriais e, mais ainda, as pós-industriais parecem ser o resultado natural deste longo processo.

1. A concepção determinista, que subjaz nomeadamente à ciência física do século XIX, oferece um universo que obedece a leis naturais. Os fenómenos acontecem segundo normalidades pré-determinadas. O acaso é o regular ainda desconhecido. Os factos, naturais e sociais, são dotados de uma admirável constância.

Numa época em que a aspiração à liberdade faz introduzir, no Ocidente, práticas democráticas que garantam o pleno desenvolvimento do homem, tende a predominar uma concepção determinista da ciência. O alargamento dos espaços de liberdade, a nível político, é contemporâneo de uma busca das regularidades desde sempre ínsitas nas coisas. A atitude científica é, contudo, consentânea com o seu próprio tempo, coincidente com uma época em que a explicação dos fenómenos deixa de ser procurada em razões situadas fora da natureza e da história. Trata-se, em ambos os domínios, científico e político, de encontrar quer a compreensão do mundo através do seu conhecimento directo, sem necessidade de se recorrer a factores extra-naturais e extra-sociais, integrando-se o social na natureza, quer a historicidade interna à própria sociedade.

Descobrimo-se que as sociedades são apenas o resultado da acção que exercem sobre si mesmas, a atenção centra-se sobre a própria actividade humana. Esta é considerada como o grande motor da história e como o factor determinante do desenvolvimento e do progresso. O homem começa a olhar o seu meio ambiente como a casa própria que pode moldar a seu bel-prazer. As revoluções sucedem-se e estendem-se aos mais diversos domínios. A humanidade entrara numa era de profundas transformações que haviam de alterar as suas condições de existência e os seus modos de vida.

A ciência segue o caminho que as sociedades vão traçando, inspirada por idêntico espírito e com uma atitude decidida, simultaneamente libertadora e experimental, de transformação do mundo. O determinismo converte-se em *Deus ex machina* de um tal projecto. Ele serve para ancorar uma démarche que continua a precisar de referenciais seguros e estáveis para se apoiar. Quando o desencantamento do mundo atinge a sua máxima expressão e a razão fica entregue totalmente a si mesma, numa sociedade onde os homens estão ainda habituados a encontrar, fora do tempo e do espaço, os arquétipos que dão resposta às suas inquietações, o determinismo aparece como um substituto capaz de oferecer o quadro de uma ordem natural pré-determinada. Os esquemas mentais fortemente arraigados resistem, ontem e hoje, às mudanças, mesmo que elas sejam impostas por um mundo que parece deslocar os seus fundamentos. A passagem da lógica da religião para a lógica do conhecimento racional dá-se sem solução de continuidade. O mesmo modelo estrutural está subjacente a um e outro procedimento de conhecimento.

A liberdade não aparece como irreconciliável com o determinismo. Este é somente a expressão de uma ordem que se desconhece, com a qual

a liberdade é compatível. O universo, a sociedade e o homem são máquinas que funcionam ao seu ritmo e de acordo com os movimentos que lhes são próprios. Tal é o sonho de Descartes, Harvey e Newton, na sua busca de compreensão do homem e do universo. A Medicina e a Física convertem-se em principais campos paradigmáticos de descoberta da ordem do mundo.

Tributária desta ciência determinista, também a Sociologia enforma a sua prática científica por uma preocupação de análise das regularidades, não se mostrando imune à mentalidade da época. O cientismo então dominante, degeneração da ciência em ideologia da ciência, prefere a comodidade da certeza à incerteza da liberdade. A Sociologia não surge como uma ciência da liberdade que não desdenha dos determinismos — concebidos estes como resultado de liberdades coexistentes —, mas como ciência dos determinismos, que asseguram a ordem inerente às sociedades, e assim teme os acasos das liberdades.

Quando se concebem os fenómenos sociais enquanto formas recorrentes de operar — como os entendia a escola durkheimiana francesa —, compreende-se facilmente que o principal objectivo que é fixado à ciência seja o de estabelecer as constâncias dos factos sociais. A descoberta das leis sobrepõe-se ao conhecimento das causas. Tal é a ciência positivista lançada na coisificação das acções humanas. Estabelecer leis não é mais do que a constatação da normalidade e da frequência dos acontecimentos sociais, no seu devir imperturbável através do tempo.

Dois consequências importantes para a Sociologia se podem destacar, desde logo, deste paradigma. Se os fenómenos sociais são dotados de uma maravilhosa constância, é porque ocorrem no interior de um todo, em obediência a uma concepção orgânica da sociedade. Trata-se de uma perspectiva muito antiga no pensamento ocidental. Está já presente na filosofia da Antiguidade clássica e mantém-se tanto no idealismo hegeliano como no materialismo marxiano. Kal Marx salienta mesmo a importância da noção de «organismo» nas concepções de Hegeí. A organicidade do mundo é o esquema que mais convém a uma preocupação determinista. O princípio de totalidade — sedutor, porque aparece como potente operador de explicação — impõe normas às acções e transacções sociais. A liberdade é apenas o que sobra nas margens do determinismo. Mas se, por sua vez, o objectivo da ciência consiste unicamente na percepção e na medida dos fenómenos, à descoberta das leis corresponde, do ponto de vista técnico, a mera utilização de estatísticas. Privilegia-se este instrumento de análise, porque ele parece satisfazer plenamente as suas limita-

das preocupações descritivas. Tal é a ideia corrente em Portugal nas primeiras décadas deste século, expressa, entre outros, por Almada Negreiros quando afirma, em 1935, que «ciência sem Arte é ciência pela ciência, é a substituição das Humanidades pela Sociologia, é confiar demasiado nas estatísticas e de menos no instinto humano». A ciência positivista pura, inspirada por um rígido determinismo, não vai além da descrição. Este modelo de ciência — grau zero da elaboração — atende somente ao funcionamento dos sistemas, sem se interrogar sobre o seu porquê.

A prevalência de técnicas de quantificação acaba por retirar alguma pertinência às questões estritamente metodológicas. Se a concepção da sociedade é orgânica, o procedimento de abordagem obriga a proceder a partir do todo para se chegar ao conhecimento de cada situação particular. O positivismo determinista revela poucas preocupações metodológicas, ancorado como está no princípio da totalidade. Conhecimento do social, a Sociologia procura explicá-lo através do social.

Com a valorização das estatísticas, numa ciência que tem como objectivo a mera descoberta de leis, a Sociologia satisfaz-se com o estabelecimento de relações e de correlações entre variáveis. Porque os fenómenos, sendo sociais, produzem igualmente consequências sociais, há sempre a possibilidade de se encontrar uma certa relação entre eles. Mas manter-se ao nível da pura correlação, é descurar o problema da explicação científica. Os grandes sociólogos, mesmo quando trabalham a partir de procedimentos positivistas, como é o caso de E. Durkheim, não prescindem da exigência da causalidade nas análises que desenvolvem. A ciência não é somente conhecimento do *como* dos factos sociais, mas também e sobretudo do seu *porquê*. É então que a questão da causalidade assume particular relevância. A entrada de uma tal questão na prática científica traduz um acréscimo de racionalidade e, finalmente, o predomínio desta mesma racionalidade sobre o positivismo.

2. Os avanços na ciência fazem-se através da contínua reformulação teórico-metodológica dos problemas. Tal reformulação abre novas perspectivas. Um modelo diferente é o que é apresentado pelo que se vem designando individualismo metodológico. Está na sua base a rejeição de uma concepção realista da sociedade. Concebida esta como uma mera adição de indivíduos, as condutas são entendidas como simples probabilidades. Aponta em tal sentido a concepção weberiana da vida social. Algumas consequências fluem da mudança de enfoque.

Não sendo a sociedade uma realidade existente em si mesma, mas um nome dado a um conjunto de indivíduos em relação de conflituáli-

dade, a actividade científica passa, de forma necessária, pela sua construção teórica. Não se trata de um dado a constatar, mas de um objecto a elaborar. O procedimento em causa implica a utilização de um maior grau de racionalidade.

Se o todo, enquanto tal, não existe, mas necessita de ser construído, maiores exigências teórico-metodológicas se impõem à ciência. O conhecimento científico não vai por si. Conhecer implica uma intervenção mais aprofundante do que a que está implícita na simples constatação. Os procedimentos metodológicos não se limitam também à aplicação de um princípio de totalidade. Através da construção de «tipos ideais» — como é o caso da sociologia compreensiva weberiana —, pretende-se resolver as questões que a ciência levanta, quer no domínio teórico, quer no metodológico. Constrõem-se modelos de sociedade e escolhe-se a perspectiva de abordagem mais adequada. O conhecimento científico deixa de ser um reflexo da realidade, à medida que se atribui ao cientista um papel de maior intervenção cognoscitiva. Com o abandono de uma concepção realista da sociedade e uma certa relativização na aplicação do princípio de totalidade, os processos metodológicos de aproximação dos fenómenos adquirem uma acrescida importância. Há que considerar a óptica de abordagem apropriada ao estudo em causa.

Não são, desde então, as leis que ocupam os sociólogos, ainda que tal objectivo continue a exercer a sua fascinação. Existem outras regularidades que importa conhecer. Se é nominalista a concepção da sociedade e se o que há não são mais do que indivíduos em mútua relação, as constâncias que se buscam são as que dizem respeito ao sentido da actividade social. A acção dotada de sentido dirige-se ao sentido das acções de outros actores que inter-agem na prática. Não se trata mais de descobrir as leis do operar social, nem sequer de estabelecer relações de causalidade exigidas por um conhecimento que se quer científico, mas de atender sobretudo à acção dotada de sentido na actividade colectiva. Adoptando um tal enfoque, a Sociologia não desdenha de algumas preocupações próprias da história e da psicologia, que o positivismo havia recusado.

As questões metodológicas assumem uma importância redobrada quando a realidade não apresenta uma configuração claramente definida, se reveste mesmo de um certo carácter amorfo, e o cientista não se limita a constatar factos, mas busca a sua compreensão através do sentido que eles veiculam. Procurar a significação é, de certo modo, prescrutar os motivos ou as razões que estão na origem das condutas.

O papel do cientista não é o de mero registador de factos, porque também o mundo social deixa de ser uma ordem colectiva real, com o operar constante dos fenómenos, e o conhecimento não é uma simples tradução da realidade. O campo aberto à Sociologia passa a ser o das liberdades e das intencionalidades, num jogo de coexistências recíprocas. O trabalho científico exige, por parte do sociólogo, uma maior actividade, quer teórica, quer metodológica. Ao mesmo tempo que se torna sensível aos campos sociais carregados de sentido, torna-se construtivista, ao impor alguma ordem à sua existência aparentemente caótica.

Se, no modelo anterior, prevalecem as técnicas quantitativas, tende-se agora a valorizar as análises qualitativas. A hermenêutica e a história tomam-se instrumentos indispensáveis. Quando se buscam as significações atribuídas às acções em sociedade, não se foge ao confronto com as motivações que levam os actores sociais a agir. Tal perspectiva coloca a cultura em lugar de objecto central dos estudos sociológicos.

No desenvolvimento de qualquer ciência, encontra-se normalmente uma certa atracção e bipolaridade de contrários. O mal está em que os opostos não tendem a ser encarados em termos de complementaridade, mas de oposição e até mesmo de exclusão. Um modelo de análise procura negar o outro. Se a perspectiva positivista desvaloriza a importância dos modos e dos estilos de vida, nas suas formas plurais de existência, a abordagem compreensiva e, na sua esteira, a culturalista não têm o necessário cuidado com as estatísticas e com as situações estruturais e estruturantes. Cada uma das posições, ofuscada pela angulação do modelo adoptado, perde a consciência do que é amputado. A habituação a um caminho destrói sempre a sensibilidade em relação à beleza das alamedas que estão ao lado. O problema, na investigação, nunca se encontra na exclusão, mas na capacidade de escolha dos procedimentos que melhor parecem servir o objectivo da pesquisa que se quer realizar. Situações haverá em que se pede mesmo a sua combinação. A construção sociológica opera-se através de um permanente vai-vém entre as dimensões quantitativas e qualitativas dos fenómenos e da sua análise. Não se pode entender como oposição e como exclusão o que é essencialmente complementaridade.

Uma abordagem construtivista da realidade social desloca permanentemente o objecto da Sociologia. A situação complexifica-se mais, na verdade, quando se introduzem outras perspectivas e se apela a novos modelos. Para além das inter-acções, há os universos objectivados que são constitutivos dos fenómenos sociais. A importância dada às estruturas sociais e aos seus aspectos macro-sociais, como tende a prevalecer em

Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e Norbert Elias, não pode fazer esquecer as dimensões inter-acionais e subjectivas e os quadros da experiência relevados pelo inter-accionismo simbólico de George H. Mead, Erving Goffman e Harold Garfinkel, assim como os universos construídos pelos indivíduos e objectivados na prática social, sublinhados particularmente pela análise harbermasiana. A teoria do agir comunicacional, que encontra fundamento em É. Durkheim, George H. Mead, L. Wittgenstein, John Austin e Hans-Georg Gadamer, explora a semantização das significações naturais, enquanto significações tidas como propriedade dos sistemas. As estruturas simbólicas do mundo vivido constituem o ambiente próprio do agir comunicacional. O simbolismo produz orientações subjectivas e sistemas de orientação objectivados. As pessoas que agem de maneira comunicacional, pela mediação da linguagem, entendem-se no horizonte de um mundo vivido.

A reconstituição do tecido social obriga a multiplicar os tipos de abordagem. As sociedades perderam as regularidades que possuíam no passado. As relações inter-individuais tendem a prevalecer sobre a actividade colectiva. Não bastará conhecer a globalidade para se compreender o particular. O todo deixa, pelo menos, de possuir o carácter constrangedor de outrora. As relações de proximidade e de distanciamento obedecem, cada vez mais, a opções individuais ou mesmo a concretas estratégias. A transparência das pessoas depende do tipo de relacionamento que se forma. Porque a conduta tende a ser mais racionalizada, a actividade social adquire uma feição mais imprevisível. Os jogos sociais desenvolvem-se num cenário de abertura ou de fechamento, de harmonia com as circunstâncias do momento. Não se trata já de obediência a conveniências sociais, na medida em que estas implicam fortes tradições e inércias sociais. Mas não significa também que tudo seja perfeitamente caótico. O homem continua a apresentar características de ser essencialmente social, que se descobre e afirma na relação com o outro. Mas a vida social é sempre um jogo de revelação e de ocultação, mesmo nas relações de maior proximidade. O outro múltiplo é a contrapartida da multiplicidade das identidades de cada um. O outro será a parte oculta de si mesmo. Ora, face às inquietações identitárias, resultantes da contradição de se ser e, ao mesmo tempo, ser-se aliviado de si — que dá origem a condutas desviantes —, o social adquire características fluctuantes. Os indivíduos revestem-se de dimensões plurais e os próprios sistemas sociais dispõem de uma capacidade reduzida de produção de elementos de identificação. Conhecer a natureza desta relação é entrar na compreensão da constituição do social.

A prática científica partilha com a arte a necessidade de escolha. O objecto de estudo resulta de uma opção, assim como a sua perspectiva de abordagem. Como construção que é, implica uma estrutura arquitectónica e uma forma. A ciência é também uma actividade de enformação. Dar forma às coisas, uma forma racional que as tire da realidade amorfa em que parecem existir para a claridade do conhecimento, é um objectivo central da pesquisa. À semelhança do artista, o cientista não se limita a copiar os fenómenos. Não se trata da sua simples tradução. A realidade é reinventada e construída mediante a acção da razão, no seu trabalho de desocultação do mundo. Conhecer é precisamente descobrir o sentido encoberto das coisas, particularmente no domínio humano, onde a capacidade de dissimulação e as ideologias destroem a transparência dos fenómenos.

Como o trabalho científico apresenta assim algo de artificialismo, pode ser igualmente tentado em sentidos diversos. Se a arte se exprime em diferentes estilos, a ciência conhece vários paradigmas. A escolha de um modelo, obedecendo a uma procura de maior racionalidade, é preocupação científica. Mas se não é mais do que cedência ao que se vai tornando mais geral ou sobretudo de vanguarda, deixa de ser exigência científica. Isso acontece quando os objectivos científicos se cruzam com outras diferentes preocupações. A adopção ou a construção de novos modelos, inspiradas pela necessidade de conhecimento, essas situam-se no interior dos próprios projectos de investigação científica.

3. No mundo contemporâneo, tem vindo a emergir uma nova concepção da sociedade. À medida que avança a massificação, destroem-se os ligames sociais e o individualismo irrompe em todas as direcções. Os teóricos das sociedades de massa oferecem a imagem de um mundo fragmentado e sem coerência interna. O individualismo é apresentado como uma ferrugem que o corroe desde o interior. Não existirá mais uma cultura comum que confira sentido às acções colectivas. Cada um constrói o seu próprio sistema de valores, ao sabor dos seus interesses ou inclinações individuais. A ideia de um homem solitário, caído por vezes na desolação, permeia as concepções da sociedade massificada.

Com a dissolução do social, em paralelo com o avanço do individualismo, os padrões de conduta perdem a sua previsibilidade. O homem deambula pelo espaço social na direcção do sentido que deseja imprimir à sua acção. Levada a concepção ao seu extremo, o sentido da acção de cada um não se relaciona necessariamente com o sentido das acções de

outros. Deixa de haver, em consequência, expectativas normalizadas em relação aos desempenhos dos papéis.

A sociedades não terão caído em estados de total massificação. Todo o sistema procura os necessários estados de reequilíbrio. A vida humana é impossível no deserto dos puros individualismos.

Qualquer que seja o grau de massificação atingido nas actuais sociedades, a verdade é que parece ser-lhe pouco adequada uma concepção orgânica. Não quer dizer que a organicidade dos seus grandes sistemas tenha desaparecido. O sistema político assim como o económico parecem comprová-lo. Mas tais sistemas não dispõem da mesma normatividade conhecida no passado. Reduzidos a meros quadros formais de conduta, consentem, no seu interior, uma enorme dispersão de comportamentos. O mesmo se poderá dizer do sistema religioso. Ora perdendo todos estes sistemas em organicidade, permitem a abertura de campos plurais de liberdade.

Os modelos deterministas deixam, em consequência, de ser operacionais. A ideia de igualdade, a dissolução do social e a crescente insegurança põem em causa o determinismo na vida social. Diminui a previsibilidade dos fenómenos. As sociedades ocidentais, como nunca no passado, confrontam-se com situações de anonimato, de desvio social e até mesmo de criminalidade. Com a desregulação dos sistemas, cresce a insegurança e esta gera a crescente agressividade que atravessa as sociedades.

Os universos de representação perdem, em simultâneo, o seu carácter de universalidade. O individualismo promove o desenvolvimento de uma consciência e de um pensamento críticos e tal desenvolvimento faz actuar um processo acelerado de renovação das representações. A fragmentação do social é acompanhada de uma pulverização dos universos mentais. Cada um tem necessidade de construir o seu mundo de valores, capaz de dar uma significação à existência. Tende a não haver mais sistemas vaforativos pré-existentes e fixos. O processo de socialização não os faz, pelo menos, incorporar totalmente. As margens de liberdade abandonadas à opção pessoal crescem, não raro, em demasia.

Perdida a capacidade dos modelos deterministas e alterada a configuração do social, as relações e as correlações entre os fenómenos deixam de ter grande parte da sua pertinência. As variações contextuais do operar humano perdem homogeneidade e constância. Torna-se discutível a capacidade das estatísticas para discernir a realidade, passando a atingi-la numa parte muito limitada. Estão em curso uma reorganização dos modos de vida e um processo de nova diferenciação social. Com a individuação

e a permanente evolução, as pessoas obedecem, cada vez menos, a padrões regulares e uniformes de conduta. Se os factos sociais são fluídos, multiformes, pulverizados e em constante mudança, muitas das relações tornam-se meramente espúrias. Uma ciência habituada a classificar e a tornar legível o movimento social encontra hoje alguma desadaptação. Que significação tem o relacionamento da religião com variáveis como a idade ou o sexo e a situação social? Que alcance tem o estudo das próprias identidades colectivas quando as identidades pessoais se tornaram plurais? Qual a pertinência das particularidades culturais dos meios urbanos e rurais? Qual o sentido do trabalho para um homem que vive numa sociedade fragmentada? Muitos outros campos estão certamente abertos à exemplificação. Não será difícil identificar situações marcadas por um grau elevado de imprevisibilidade, nos diversos campos em que as acções perderam a configuração de formas constantes de operar.

A ciência é, por sua vez, progressivamente inspirada por paradigmas de indeterminismo. O que parece seduzir mais o cientista não será tanto aquilo que descobre — que acaba por ser bem pouco — mas mais o que resta por conhecer. A prática científica é uma aventura que faz penetrar o homem no mundo do desconhecido e permite abrir algumas frestas de luz sobre realidades colocadas ainda na penumbra do saber. Desaparece o conforto das situações claramente definidas e dos paradigmas canónicos prontos para usar.

Em tal contexto, os procedimentos metodológicos exigem um cuidado reexame. Se o social se encontra em estado de geral fragmentação, retirando às variáveis contextuais parte da sua capacidade de determinação dos fenómenos, e se os modelos possuem um carácter meramente probabilístico, não sendo possível construir teoricamente a realidade na sua totalidade, os processos de aproximação dos objectos empíricos transformam-se, para a Sociologia, em questão de importância capital. É a nova configuração da sociedade que exige outras construções teóricas, do mesmo modo que estas postulam estratégias de abordagem apropriadas.

4. O tipo de social com que se confronta a Sociologia em finais do século passado e início do século presente, parece não existir mais. As sociedades eram integradas por poderosos factores políticos. O Estado oferece, na época, uma particular capacidade de aglutinação. Os nacionalismos florescem por toda a parte. A consciência de pertença a uma nacionalidade desenvolve-se nas suas diversas expressões e reforça o sentimento de coesão social.

A cultura encontra-se igualmente integrada. O próprio nacionalismo promove, por razões de unidade, uma mesma cultura em cada país, impedindo a manifestação dos regionalismos. A dinâmica da cultura nacional em si mesma e o apoio que lhe é dado pelos Estados contribuem para que a cultura se mantenha perfeitamente unificada.

O processo de secularização havia já atingido por dentro as sociedades, mas a religião conserva ainda grande parte do seu vigor. Continua a impor os seus valores e a ditar as suas normas. Por mais ateia que possa ser considerada a vida social, a religião não perdera a sua força de influência. Os costumes permanecem profundamente arraigados de sentimento religioso, e as condutas sociais obedecem, na sua própria medida, à inércia social.

A combinação destes diversos factores converge para dar às sociedades uma configuração de totalidade real. A própria Sociologia tende a chamar-lhes sociedades globais. Tal designação nem sequer é inócua. Arrasta consigo uma tendência paralela para a entificação da sociedade como um todo. A reificação da realidade social transforma-se em campo de referência para o estudo dos fenómenos singulares. A articulação entre os objectos teórico e empírico aparece como relativamente fácil.

Por toda a parte, vão grassando, ao contrário, na actualidade, a falta de civismo e a incultura, a erosão dos valores morais, a perda das identidades e a incerteza quanto ao futuro. A política torna-se, por sua vez, incapaz de gerir adequadamente as coisas públicas, refugiando-se na atitude e no discurso dos bons sentimentos. A ideologia humanitária, esta forma piedosa da política, parece desenvolver-se na razão directa da incapacidade de resolver os problemas concretos. A vontade política degrada-se numa forma piedosa de política.

Subjacente a todo este processo está a emergência de um social de tipo novo. Não é o social das sociedades entiflcadas. Esse terá desaparecido. Mas também não é o social totalmente dissolvido pelos sucessivos níveis de individualismo. A vida social não seria possível com a perfeita atomização, por mais que reclamem os teóricos da massificação. Os processos de desestruturação da sociedade dão origem a movimentos complementares de reestruturação. O tecido social rompido acaba por ser reconstruído e recomposto em níveis e em formas diversas.

A existência de diferentes leituras da realidade exprime, em si mesma, as clivagens que afectam as sociedades. Os esquemas aparentemente contraditórios são igualmente verdadeiros e traduzem a coexistência de realidades antagónicas ou a utilização de diferentes ópticas de aborda-

gem. Mas parece verificar-se também que, para além da atomização do social, se terá operado uma profunda transmutação do próprio individualismo. A um individualismo de emancipação, próprio de épocas passadas, sucede, hoje em dia, um individualismo negativo, extremamente vulnerável e sujeito ao medo e à incerteza. Ora, com a fragilização do individual, tende a crescer a indeterminação, porque cada um se sente obrigado a organizar a vida numa situação de relativa precaridade, instalada de forma estável.

A emergência de um social de tipo novo revela-se no aparecimento de relações sociais de carácter mais electivo. O relacionamento entre as pessoas era, também no passado, preferencial. Tinha como base a pertença familiar e a pertença de classe. O próprio convívio a partir da profissão era determinado por relações de classe. A vida social desenrolava-se em quadros pré-existentes que impunham as suas regras. A vida humana estava submetida a um jogo cujas normas dificilmente eram transgredidas. A transgressão da normalidade é, ela mesma, feita de acordo com regras implícitas.

O carácter de electividade do mundo contemporâneo parece ser de uma outra natureza. As pessoas não se encontram em idêntica situação. A ruptura das relações sociais gera estados de isolamento e de solidão individuais. O relacionamento do indivíduo com a sociedade é redefinido em função do novo tipo de social. Com a crise do sujeito, cada um tem consciência de que o seu futuro está cada vez menos dependente de um destino comum, e de que se é chamado a dar um sentido à própria vida. Por mais fortes que sejam ainda as relações de classe, outros princípios entram em acção. Pulverizam-se os universos de valores e multiplicam-se os códigos morais. Se os micro-sistemas culturais diversificam, ao infinito, as visões do mundo, as opções religiosas multiplicam as ortodoxias, na medida do sentir e do olhar de cada um, fazendo quebrar a relação normalmente existente entre ortodoxia e ortopraxia. São maiores os graus de liberdade que as pessoas detêm em relação aos universos dominantes de representação e para constituírem e manterem as convivialidades. Não quer dizer que estas nasçam e se desenvolvam de forma amorfa, mas somente que não resultam necessariamente de critérios pré-determinados. Objectivos e valores em concorrência servem de factores determinantes para as possíveis modalidades de associação. Estas nascem nomeadamente da profissão, da luta por uma causa, do desporto, do cultivo de formas de arte. São relações tendencialmente inter-classistas, que estão igualmente na origem de novos movimentos sociais.

O homem das sociedades contemporâneas não é um mero andarilho perdido na massa da população. O que talvez mais perturbe a visão que dele se tenha é a óptica que se utiliza para se proceder à sua observação. Trata-se de um homem que se passeia por espaços mais libertos de constrangimentos, mas que, mediante o uso da sua liberdade, produz novos determinismos. Se a Sociologia pretende conhecer os graus de liberdade na formação das convivialidades, tem de saber apreender a força dos determinismos em acção. Importante será ter em conta que se está em face de um novo tipo de social.

O social é ainda novo, porque deriva da coexistência do individual e do universal. A época actual é a da mundialização, com a abertura dos mercados financeiros, o desaparecimento das fronteiras e a unificação total do espaço comercial do mundo. Se a mundialização aumenta as riquezas, acentua igualmente as desigualdades. Há uma libertação dos indivíduos, em simultâneo com uma atomização do corpo social e a ruptura das solidariedades. A mundialização da economia e da cultura aumenta as incertezas e as desigualdades, enfraquece as solidariedades, pulveriza os modos de vida e faz emergir estilos de vida próprios. Coexistindo a mundialização e o individualismo, surgem novas formas de ligames sociais. O mundo transforma-se numa aldeia global. Os meios de comunicação social não só dão conhecimento, e de forma relativamente instantânea, de tudo o que vai acontecendo à face da terra e mesmo em outros planetas, onde as probabilidades de vida não estão de todo arredadas, como ainda permitem o relacionamento fácil entre pessoas situadas nos seus antípodas. Nomeadamente o écran da TV, proporcionando a visualização de uma infinidade de canais, patenteia ao homem desta aldeia global o contacto e a presença de outros povos e de outros costumes. As singularidades do vestir e do comer, assim como as do próprio pensamento invadem todos os recantos das sociedades. Não são apenas a economia e a política que estão sujeitas às leis da globalização. É toda a existência humana que por ela é condicionada e até mesmo determinada. Os particularismos são temporariamente abandonados, até que a reacção se manifeste em sentido contrário, com a busca da sua redescoberta e da sua afirmação.

As sociedades encontram-se em crescente processo de fragmentação. As nacionalidades perdem a sua coesão, do mesmo modo que as particularidades regionais, em que se consubstancia tudo o que é proximidade, conhecem algum sucesso. Relativizam-se as culturas no contínuo contacto e confronto de todos os dias. Diluem-se os valores absolutos das religiões na multiplicidade das respostas que são dadas às inquietações humanas.

Em resultado do cruzamento destes percursos, de dissolução e de reconstituição, forma-se um novo tipo de social, de um social que resolve as antinomias e as dicotomias do uno e do múltiplo, do próximo e do distante, do sagrado e do profano, do colectivo e do individual, na coexistência de um novo tipo de social.

Assiste-se, em consequência disso, a um processo de substituição do quadro antigo de inteligibilidade da realidade. À medida que se esbatem as identidades colectivas e o social se reduz a uma simples adição de mecanismos individuais, mais opacidade adquire a vida social. A sociedade aparece cada vez menos legível e menos fácil de decifrar. O social torna-se mais inapreensível e mais difícil de leitura na sua totalidade, apresentando contornos mais instáveis e fluctuantes. Sendo mais difusas as formas e mais variáveis as energias, há necessidade de uma adaptação dos procedimentos de conhecimento, de modo que seja possível a compreensão dos movimentos da sociedade.

À Sociologia compete a tarefa de aprender as novas modalidades da vida colectiva. A realidade social deixa de ser algo de natural, uma «coisa» que permanece na sua eterna imutabilidade. Converte-se em realidade fluída, em que se compatibilizam dimensões que habitualmente são vistas como separadas ou dicotómicas. As sociedades humanas conhecem actualmente processos de interpenetração e de osmose que lhes conferem uma aparente homogeneização. Embora trabalhem, em simultâneo, movimentos contrários, o social, neste final de século, apresenta modalidades novas.

Sendo isso verdade, ou na medida em que isso é verdade, as relações e as correlações assumem uma nova significação. Não se trata mais de relações e correlações com realidades «naturalizadas» e «coisificadas», enquanto fenómenos dotados de um constante operar. Muitos menos são relações e correlações perfeitamente especializadas. As variáveis contextuais apresentam-se tão móveis e flexíveis como as condutas a que se reportam. Umas e outras são o resultado de influências diversificadas, num mundo que aparece, na sua totalidade, presente a si mesmo.

Certamente as sociedades não atingiram, em todos os espaços, o mesmo movimento de aproximação. Acontece que actuam processos em sentido oposto. Despertam novas formas de nacionalismo. A crescente criação de associações torna mais denso o tecido social. Os mais diversos tipos de artesanato entram em concorrência com os produtos multinacionais. Diversificam-se mesmo as modalidades de produção. Mas tudo isto acompanha a emergência de um social de tipo novo e oferece suficiente

fundamento à necessidade de mudança dos modelos teóricos que estão na base da análise social. A uma mudança da realidade deve corresponder uma alteração da óptica de análise. Ao determinismo positivista conviviam o princípio de totalidade e o postulado da reificação e da estabilidade da realidade. Sem abandonar completamente tais perspectivas — o sociólogo terá de saber quando são adequadas ao objecto em estudo —, a Sociologia precisa de se socorrer de modelos teórico-metodológicos mais ajustados às mudanças em curso.

5. Poderá questionar-se, por isso, o significado e o alcance das quantificações e das análises qualitativas. Se a realidade social atingisse um grau extremo de massificação e se o individualismo fosse levado à sua pura expressão, os factos sociais reduzir-se-iam a uma mera adição de elementos singulares. Não haveria tecido colectivo, mas uma simples justaposição de átomos. Não existe evidência empírica que permita aventar tal hipótese. Por maior que seja a atomização, em alguns contextos sociais, moléculas consistentes permeiam as sociedades. Quanto maior é a densidade moral e social, maiores são também os focos de convivialidade. A quantificação relativa a um contexto atomizado, limitar-se-ia à soma de parcelas, numa situação em que o todo não seria mais do que essa soma. Ele não formaria uma realidade *siti generis*, resultante das inter-acções e interdependências criadas no seu interior. Mas também as análises qualitativas devem ser sujeitas a idêntica crítica. Também elas não operam por si. E sobretudo não operam, porque, em Sociologia, será um não-sentido o sentido que não é partilhado pelos diversos actores sociais na inter-acção e na interdependência.

Se a quantificação levanta alguns problemas — lembrando-se embora que a Sociologia não pode prescindir dela —, importa complementá-la com estudos qualitativos. Mas tais análises, se não forem associadas a valores de propensão e de escala, traduzidos em grandezas estatísticas, não serão capazes de apreender o sentido das práticas sociais, na sua quotidianidade. O sentido tem uma relação mais ou menos directa com os comportamentos. Através da medida das condutas, atinge-se certo alcance do sentido. Mas há igualmente ordens de significação que nem sempre aparecem ínsitas directamente nas práticas sociais. Isso aconteceria se entre as representações e a acção houve uma relação necessária, o que nem sempre ocorre. A cultura é da ordem do irracional, isto é, é constituída por modos relativamente mecânicos de operar, sem necessidade de um permanente recurso à racionalidade. A compreensão dos universos cultu-

rais, próprios de um espaço e de um tempo, e que estão para além do comportamento imediato, são indispensáveis ao conhecimento da realidade social. Tais universos não se dão directamente a conhecer. Exigem um trabalho de construção aprofundante. As condutas são indicadores desses universos, mas somente para quem sabe que eles existem.

Seria irrealista, não justificado cientificamente e porventura fácil cedência a uma qualquer moda, o afirmar-se que se está em vias de uma passagem dos procedimentos quantitativos aos procedimentos qualitativos. A exploração de técnicas quantitativas oferece à ciência uma indispensável base empírica de apoio. O recurso às análises qualitativas abre a via ao emaranhado dos sentidos que tornam compreensíveis as sociedades, e que não são menos empíricos do que os primeiros. A factualidade não se exprime apenas em dimensões numéricas nem o qualitativo é inquantificável. O trabalho de construção científica — numa Sociologia que se quer construtivista — não desdenha nem de uns nem de outros procedimentos. A ciência é analítica tanto quanto necessário. A exigência de destrinçar e de separar é a acção de uma razão complexificada que procura simplificar a realidade. Mas ela sabe ainda reunir elementos dispersos, no seu esforço de conferir unidade e significação à realidade. O trabalho científico é, na verdade, animado por um duplo esforço, de análise e de síntese. Uma coisa sem a outra será limitada no seu alcance. Enquanto a análise pode privilegiar dimensões particulares ou concretos procedimentos de aproximação da realidade, a síntese implica a consideração dos aspectos mais amplos dos fenómenos, recorrendo porventura a diversas abordagens. O único critério definidor dos métodos a utilizar será o da escolha do objecto de estudo, e esta escolha é ditada pelo corpo teórico utilizado e pela angulação ou pela óptica que se deseja utilizar.

Importa não esquecer que o tipo de abordagem pode introduzir reduções na própria análise. Ao lado, por exemplo — e é apenas um exemplo — das desigualdades estruturais, estão em processo de formação, por toda a parte, desigualdades dinâmicas intra-categoriais. Não só a opacidade social dificulta a compreensão das transformações em curso, mas a própria utilização dos procedimentos de aproximação pode deixar de lado o que está em vias de emergir.

A investigação sociológica tem estado demasiado habituada aos esquemas funcionalistas. Quer se trabalhe com os conceitos de organismo ou de sistema, quer com as noções de estrutura ou de campo, é sempre a mesma preocupação funcional que está em causa. O modelo funcionalista tem-se dissimulado, de forma directa ou indirecta, em diversos outros

paradigmas. Todos eles oferecem idêntica comodidade. Há um núcleo forte que se supõe pré-existir, de acordo com o qual os fenômenos são analisados e é suposto possuírem a sua significação. Com esse núcleo, estabelecem-se relações e conexões que são postas sob análise. Talvez a Sociologia deva questionar a prática científica assim enformada. Mas os novos modelos que se vão, por vez, anunciando não são menos tributários de idênticas inércias, mesmo ou sobretudo quando extravasam a cientificidade. A questão será sempre, antes de mais, a de saber se se quer ou não manter dentro do campo científico. Fora, tudo será permitido. Dentro, há exigências formais e materiais a cumprir. Se a Sociologia pretende ser construtivista tem que fazer convergir diversas perspectivas e ter em conta que o mundo social resulta do cruzamento de uma infinidade de intencionalidades que se exprimem em gestos e em omissão de gestos e que, para além disso, está em constante processo de mudança. A realidade não é somente constituída por estruturas, leis ou sistemas de relações que se manifestam em regularidades sociais consideradas como mundo natural oferecido à observação. Porque é também um campo de liberdades, a pesquisa sociológica implica uma reflexividade que, na construção do objecto, respeite as margens de acção dos actores sociais.

A investigação sociológica está também demasiado habituada a trabalhar com abordagens essencialistas, por mais que se diga recusar o essencialismo. Tal habituação orienta-a mais para o constituído do que para o constituinte, mais para o considerado existente do que para o emergente. A tendência a fazer prevalecer o «natural» sobre o «relacional» e sobre o que, através do relacional, surge com outra configuração, leva à rejeição de novas conceptualizações. «Naturalização» do real e «essencialização» dos conceitos caminham a par e reforçam-se mutuamente. A inércia da prática recusa o inabitual. Concepções como classe social, grupo, trabalho, empresa, família, para referir apenas algumas, poderiam servir de exemplificação. Noções, entre outras, de underclass, de ghetto e de ideologia são, por vezes, veementemente postas de lado por certos autores, na medida em que se tem dificuldade em encontrar a sua correspondência «natural» e «real» nas sociedades. Desenvolvem-se aqui fenômenos que são efeitos de redução teórica ou fenoménica, quase sempre as duas coisas.

Não se pense, porém, que os novos esquemas de leitura da realidade e os diferentes procedimentos de abordagem possam ser construídos a partir do nada, ao sabor da conjuntura, como se para trás só se avistasse o deserto. A Sociologia parece ter tanto mais capacidade para conhecer de

forma diferente, mas coerente, a realidade que se apresenta transformada, quanto mais possui assimilado e domina o património científico construído e legado pelo seu passado. Não existe mudança consistente no domínio científico que não se opere a partir do interior do próprio campo.

6. De acordo com a perspectiva que tem vindo a ser esboçada, há que levantar a questão da possibilidade de generalização do conhecimento. Se, até este momento se pôs em causa a compreensão do conhecimento — traduzida na sua significação para os actores sociais, e na sua significação para a ciência — agora pretende-se atender à sua extensão, abordando-se a sua representatividade. A compreensão dos conceitos varia na razão inversa da sua extensão. Não se pretende saber, de momento, se o conhecimento é conhecimento do geral ou do particular. Admitir-se-á, como mero postulado, que não haverá verdadeiro conhecimento a não ser do geral. Mas a existência de um social cada vez mais fragmentado não impedirá a constituição de um saber que vá além do particular? Tem suficiente fundamento a extensão dos resultados obtidos, num concreto contexto empírico, a outros contextos?

Todo o conhecimento científico, enquanto saber controlado, que é elaborado tendo em conta uma realidade empírica, se confronta com o problema da inferência. Esta é precisamente o procedimento através do qual se constitui em conhecimento geral o saber que será apenas adequado a uma situação particular. A generalização obriga sempre a um salto lógico. Como na montagem de um grande *puzzle*, procura-se construir todo o *puzzle* a partir de algumas poucas pedras, não se possuindo nunca todos os elementos. Mediante o que é já conhecido, supõe-se saber o todo de tudo, como se a realidade fosse um campo contínuo e não se manifestasse de forma plural. Na base da premissa de que a realidade não se submete a saltos lógicos, procede-se a tais saltos no domínio do conhecimento.

Ora, se a realidade social se apresenta relativamente atomizada, haverá necessidade de uma base empírica suficientemente alargada. Será lógico pensar-se que a pulverização das condutas em sociedade dê origem a novas formas constantes de operar. A mudança não deixará de produzir outras regularidades, ainda que expressas de formas diferentes e porventura com ritmos diversos.

Para além da exigência de um possível alargamento do campo empírico, impõe-se também o método comparativo. O conhecimento de realidades relativamente distantes, no espaço geográfico, oferece a possibilidade

de confronto de actividades e de mundos de representação que se apresentam tanto como semelhantes como dissemelhantes. Tais estudos procedem a recursos metodológicos mais selectivos e mais rigorosos. Necessitam sobretudo da associação e da compatibilização de abordagens quantitativas e qualitativas. De contrário, corre-se o risco de não se saber do que se trata ou de se considerarem apenas aspectos epifenomenais da realidade. O método comparativo não pode prescindir de análises qualitativas aprofundadas de casos, por mais importantes que sejam as preocupações de quantificação. Mas o contrário é do mesmo modo verdadeiro.

A constituição das actuais sociedades ocasiona a emergência de universos mentais e de universos de representação profundamente diferenciados, de acordo com os micro-sistemas que se formam e a intensidade das relações sociais existentes no seu interior. A prática científica, abandonando a tendência para a entificação dos indivíduos e das sociedades, como realidades separadas e imutáveis, passa a atender às relações inter-individuais e aos universos objectivados que se produzem e actuam no processo de socialização das pessoas, no decurso da formação dos fenómenos colectivos.

O grau de persistência de tais micro-sistemas é uma questão que exige uma especial análise empírica. Através da socialização, são incorporados esquemas de leitura da realidade, sujeitos posteriormente a redefinições ao longo da existência. Dada a configuração das sociedades, a relação inter-subjectiva tende a ser acompanhada por uma pluralidade de identidades na mesma pessoa. Dá-se uma coexistência de identidades plúrais, com os seus correspondentes universos mentais. A Sociologia depara, com frequência, com realidades em que os indivíduos assumem identidades diversificadas, em relações sociais também diferenciadas.

Os esquemas mentais assimilados não mudam facilmente. Mas, face aos estímulos e às solicitações a que todos, e em toda a parte, são submetidos, opera-se uma contínua metamorfose de mentalidades e de condutas. O mundo social forma-se a partir de anteriores construções. Os homens vão tecendo as suas vidas com os materiais que têm à sua disposição. O que é produzido é o resultado do antigo, apropriado e transformado, e do novo, criado nas inter-acções da prática social quotidiana. Através da vida, os indivíduos vêm a identidade, ao mesmo tempo, permanecer na sua unidade e fragmentar-se. Não existem espaços fechados. Também as representações sofrem permanentes osmose. Sedutor para a Sociologia, poderá ser o estudo da mutabilidade e das novas coagulações sociais formadas em resultado de um tal processo. Aprender este fenómeno é com-

preender os novos sistemas de relação social e o sentido de que se revestem as condutas sociais. Se as realidades são plurais, assim também devem ser pensadas as relações colectivas.

7. O conjunto de mudanças apela para uma Sociologia construtivista, isto é, uma Sociologia que abandona a concepção de que a realidade é «natural» e «dada» de forma objectiva e que adopta uma outra perspectiva, de construção do próprio mundo social, concebido essencialmente como relação. As sociedades e os indivíduos não são entidades contrapostas. Os indivíduos estabelecem relações sociais variadas, relações de inter-acção e relações de inter-independência. As primeiras são relações directas, enquanto as segundas se estabelecem no quadro de uma globalidade social e apelam ao princípio do todo. Se a transformação histórica da sociedade obedece a um movimento em que se misturam planeamento e casualidade, finalidade e eventualidade, direccionamento e deambulação sem destino, e onde se associam os processos de individuação e de constituição do colectivo, deverá prestar-se a devida atenção também ao descontínuo, ao éontingente e ao errático. Através desta descontinuidade, percebem-se as relações e as inter-acções do tecido social, com a orientação e a significação que lhe são próprias, e, deste modo, procura-se compreender a configuração que as sociedades actuais vão assumindo. Parece não haver dúvida de que o objecto da Sociologia são essencialmente as relações sociais e de que o grande problema para o conhecimento de tais relações é a questão do sentido. Aprender o sentido das relações é compreender o processo de construção da vida social.